

Sumário

Capítulo I ► Direito Administrativo Militar	19
1. Conceito e objeto da disciplina	19
2. PRINCÍPIOS, valores e institutos peculiares	20
2.1 Princípios aplicáveis ao Direito Administrativo Militar	20
2.2 Valores e institutos peculiares	22
3. Como os assuntos foram cobrados em provas	25
Capítulo II ► Das Forças Armadas	27
1. Forças Armadas na Constituição Federal	27
1.1. Não cabe habeas corpus em relação a punições disciplinares militares – art. 142, § 2º da CF	27
1.2. Membros das Forças Armadas – art. 142, § 3º, da CF e art. 3º do Estatuto dos Militares, modificado pela Lei 13.954/19	29
1.2.1. Disposições constitucionais aplicáveis aos membros das Forças Armadas – art. 142, § 3º, I a X, da CF	31
1.3. Serviço militar obrigatório e imperativo de consciência – art. 143 da CF	42
2. Princípios reguladores da atividade militar	42
3. Administração Militar	43
3.1. Cargo e função	43
3.2. Comando e Subordinação	44
4. Do emprego das Forças Armadas	44
5. Como o assunto foi cobrado em provas	47
Capítulo III ► Estrutura Organizacional das Forças Armadas e Patrulha Naval	51
1. Da estrutura organizacional das Forças Armadas: o Ministério da Defesa e os Comandos Militares	51
2. Os Comandantes Militares de Área (Comandos Aéreos Regionais, Distrito Navais, Comandos Militares e Regiões Militares): sede, localização e abrangência nacional	53
2.1. Marinha: Distritos Navais	53
2.2. Exército: Força Terrestre	53
2.3. Aeronáutica: ALA	55
3. Patrulha naval	55
4. Como o assunto foi cobrado em prova	57

Capítulo IV ▶ Parte I: Dos Militares das Forças Armadas	59
1. Dos Militares das Forças Armadas: situação de atividade e inatividade	59
2. Exclusão e agregação	63
2.1. Transferência para a reserva remunerada – art. 94, I	63
2.2. Reforma – art. 94, II	64
2.3. Demissão – art. 94, III	65
2.4. Perda de posto e patente – art. 94, IV	65
2.5. Licenciamento – art. 94, V	65
2.6. Anulação de incorporação e desincorporação – art. 94, VI e VII	66
2.7. Exclusão a bem da disciplina – art. 94, VIII	66
2.8. Deserção – art. 94, IX	66
2.9. Falecimento e extravio – art. 94, X e XI	66
3. Agregação e reversão	66
4. Obrigações e deveres militares	66
5. Direitos e prerrogativas	68
6. Como os assuntos foram cobrados em provas	69
 PARTE II: PENSÃO MILITAR E A RESERVA REMUNERADA	 71
1. Introdução	71
2. MP 2215/2001 e seus principais reflexos	73
2.1. Adicional de tempo de serviço	73
2.2. Extinção de posto ou graduação acima	74
2.3. Pensão das filhas de militar	76
2.4. Licença especial	78
3. Lei n. 13.954/2019 e seus principais reflexos	81
3.1. Ampliação do rol de contribuintes	81
3.2. Aumento do tempo de serviço militar e a regra de transição	82
3.3. Adicional de compensação por disponibilidade militar	83
3.4. Adicional de habilitação	88
3.5. Reforma dos militares	93
3.5.1. Reforma dos militares temporários	96
4. Como os assuntos poderão ser cobrados em prova (enunciados elaborados pelo autor)	98
 Capítulo V ▶ Dos Militares Estaduais	 103
1. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios – art. 42 da CRFB/88	103
1.1. Hierarquia e disciplina – art. 14 a 19, da Lei n. 6.880/80	105
2. Dos direitos sociais e restrições constitucionais impostas aos Militares Estaduais e do Distrito Federal	106
3. Prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares – Lei n. 10.029/2000	107
4. Alistamento e elegibilidade dos militares estaduais	108

5. Perda do posto e patente dos oficiais e da graduação das praças	109
6. Como o assunto foi cobrado em prova	111
Capítulo VI ► Da Intercepção e do Abate de Aeronaves Hostis	113
1. Da intercepção e do abate de aeronaves hostis	113
2. Como o assunto pode ser cobrado em provas.....	122
Capítulo VII ► Lei do Serviço Militar	125
1. Noções gerais	125
1.1. Breve histórico do serviço militar no Brasil	126
1.2. Formas de recrutamento para o serviço militar.....	127
2. Do serviço militar	128
2.1. Natureza, obrigatoriedade e duração do serviço militar	128
2.2. Formas de serviço militar SMO, SMA e SMV.....	129
2.2.1. Do serviço militar obrigatório (SMO).....	129
2.2.2. Do serviço militar alternativo.....	132
2.2.3. Do serviço militar voluntário.....	132
3. Divisão territorial e Órgãos do serviço militar – art. 9º a 11 da Lei nº 4.375/64....	135
3.1. Divisão territorial para fins de serviço militar.....	135
3.2. Órgãos de Direção Geral do Serviço Militar	136
3.2.1. Órgãos de Direção do Serviço Militar	136
3.2.2. Órgãos de Execução do Serviço Militar.....	137
4. Juntas de serviço militar	137
5. Do serviço militar prestado por estudantes e profissionais da área da saúde ...	137
5.1. Natureza e obrigatoriedade – art. 3º e 4º da Lei nº 5.292/67.....	137
5.1.1. Voluntariado – art. 4º, § 3º, art. 5º, § 1º e art. 37, § 2º, da Lei	141
5.2. Duração – art. 6º da Lei.....	141
5.3. Prestação do serviço militar pelos MFDV – art. 9º a 23 da Lei.....	141
5.3.1. Convocação.....	141
5.3.2. Seleção.....	141
5.3.3. Incorporação	142
5.4. Do crime de insubmissão – art. 20 e 33 da Lei.....	142
5.5. Prorrogação do tempo de serviço do MFDV – art. 39 a 41 da Lei	142
6. Do recrutamento, do alistamento, da seleção, da incorporação e da matrícula – Lei nº 4.375/64	143
6.1. Recrutamento – art. 12 da Lei	143
6.1.1. Alistamento	143
6.2. Seleção – art. 13 a 15 da Lei	144
6.3. Convocação – art. 16 a 19 da Lei	146
6.3.1. Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar	146
6.3.2. Convocados	147
6.3.3. Convocação de emergência	147
6.4. Incorporação – art. 20 e 21 da Lei	148

6.4.1. Da prioridade de incorporação	149
6.5. Matrícula – art. 22 e 23 da Lei.....	150
7. Das isenções, adiamentos e dispensas – art. 28 a 30 da Lei nº 4.375/64.....	150
7.1. Isenção do serviço militar – art. 28 da Lei	151
7.1.1. Reabilitação	152
7.2. Adiamento de incorporação – art. 29 da Lei.....	153
7.3. Dispensa de incorporação – art. 30 da Lei.....	154
8. Das interrupções e prorrogações do tempo de serviço militar – art. 31 a 33 da Lei nº 4.375/64.....	155
8.1. Interrupção do tempo de serviço militar – art. 31 a 32 da Lei	155
8.1.1. Anulação da incorporação	155
8.1.2. Desincorporação.....	155
8.1.3. Expulsão.....	156
8.1.4. Deserção	156
8.1.5. Encostamento	156
8.2. Prorrogação do tempo de serviço militar – art. 33 da Lei	157
9. Refratários e insubmissos – art. 24 a 26 da Lei nº 4.375/64.....	157
9.1. Refratário	157
9.2. Insubmisso.....	158
10. Exclusão do serviço militar – Lei nº 4.375/64 e Lei nº 6.880/80	159
10.1. Licenciamento – art. 34 e 34-A da Lei nº 4.375/65	159
10.2. Transferência para reserva – art. 35 e 36 da Lei nº 4.375/65	160
10.3. Reforma – art. 104 a 114 da Lei nº 6.880/80.....	162
10.4. Demissão – art. 115 a 117 da Lei nº 6.880/80.....	162
11. Certificados e documentos atestatórios da situação militar – art. 37 a 43 da Lei nº 4.375/64.....	163
12. Como os assuntos foram cobrados em prova.....	164
Capítulo VIII ► HIERARQUIA E DISCIPLINA.....	171
1. Hierarquia e disciplina como base institucional das Forças Armadas.....	171
1.1. Círculos militares e escala hierárquica	172
1.1.1. Postos e graduações na Marinha, no Exército e na Aeronáutica...	174
2. Precedência e antiguidade.....	176
3. COMO O ASSUNTO FOI COBRADO EM PROVAS.....	178
Capítulo IX ► Do Direito Disciplinar Militar.....	181
1. Do descumprimento dos deveres e obrigações militares.....	182
2. Dos regulamentos disciplinares	185
3. Classificação das transgressões disciplinares	189
4. Distinção quanto aos crimes militares	189
5. Prescrição das transgressões disciplinares.....	190
6. Da punição das infrações disciplinares	192
6.1. Tipos de sanção disciplinar	194

6.2. Da esfera de ação e competência para punir	197
6.3. Do julgamento	199
6.4. Dos recursos.....	202
6.5. Do habeas corpus em transgressões disciplinares.....	203
Capítulo X ► Conselho de Justificação (Lei nº 5.836/72).....	209
1. Natureza jurídica	209
2. Finalidade	210
3. Exceções aplicadas pelo Superior Tribunal Militar aos oficiais da reserva não remunerada	212
4. Sujeitos do Conselho de Justificação.....	212
5. Motivos que determinam a instauração ou o arquivamento do Conselho de Justificação	213
6. Afastamento das funções e juízo de admissibilidade do Conselho de Justificação	218
7. Composição e casos de impedimento no Conselho de Justificação	219
8. Funcionamento do Conselho de Justificação	220
8.1. Da revelia do processo.....	222
8.2. Princípio da oficialidade e princípio da verdade real (ou material)	222
8.3. Contraditório e ampla defesa	223
8.4. Prazos para a conclusão dos trabalhos do Colegiado formado	225
8.5. Da deliberação do colegiado formado para o Conselho de Justificação	225
8.6. Do despacho do Comandante da Força	226
8.7. Da remessa ao Superior Tribunal Militar.....	227
8.8. Competência do Superior Tribunal Militar.....	228
8.9. Sobrestamento do Conselho de Justificação	229
8.10. Decisão do Superior Tribunal Militar	229
8.11. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal Militar	230
9. Prescrição	230
9.1. Prescrição da pretensão punitiva em face de ato de natureza administrativa	230
9.2. Prescrição da pretensão punitiva nos casos também previstos no Código Penal Militar.....	231
10. Como o assunto foi cobrado em prova	231
Capítulo XI ► Conselho de Disciplina	233
1. Conceito, sujeitos e finalidade do Conselho de Disciplina.....	233
2. Motivos que determinam a instauração do Conselho de Disciplina.....	234
3. Do afastamento das funções.....	234
4. Competência para instauração do Conselho de Disciplina	234
5. Composição do Colegiado.....	235
5.1. Impedimento dos membros do Colegiado.....	235
6. Funcionamento do Conselho de Disciplina	236
6.1. Revelia.....	236

6.2. Contraditório e ampla defesa	236
6.2.1. Da orientação de defesa exercida por oficial da caserna.....	237
6.3. Inquirição do acusador.....	237
6.4. Prazos para conclusão.....	238
6.5. Relatório produzido pelo Colegiado formado	238
6.6. Parecer opinativo do Conselho de Disciplina	238
6.7. Remessa e decisão da autoridade nomeante	238
6.8. Dos recursos.....	239
6.9. Decisão do Comandante da Força	239
6.10. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal Militar	240
7. Da prescrição.....	240
7.1. Prescrição da pretensão punitiva em face de ato de natureza administrativa	240
7.2. Prescrição da pretensão punitiva nos casos também previstos no Código Penal Militar	240
8. Das instruções complementares de cada Força Armada	241
9. Considerações finais.....	241
10. Como o ponto já foi cobrado em prova.....	241
Referências Bibliográficas.....	243